

Congresso repele volta de medida provisória

Brasília — Gilberto Alves

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA — A intenção do Palácio do Planalto de enviar medidas provisórias ao Congresso Nacional foi duramente criticada por parlamentares e lideranças. “Não é com edição de medidas provisórias que se vai melhorar o relacionamento entre os dois poderes”, observou o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), presidente do Congresso. As críticas do governo à lentidão do processo legislativo, que justificava a volta das MPs, foram classificadas por Benevides como “improcedentes, injustas e descabidas”.

“O Congresso tem cumprido seu papel”, sustentou Benevides. Segundo ele, 48 horas antes da crítica do Planalto foram votados 52 vetos presidenciais, numa única votação. “O Congresso demonstrou indiscutível eficiência e que pretende desobstruir a pauta”, disse Benevides. Na verdade, alguns destes vetos estavam engavetados no Legislativo desde o final do governo José Sarney. Outro exemplo de agilidade dado por Benevides foi a votação do projeto de política salarial no Senado, 24 horas depois da decisão da Câmara.

A mudança de orientação do governo irritou as lideranças partidárias, que não aceitam as críticas do Executivo. “É uma ameaça ao Congresso que não se justifica, sobretudo agora, nesta fase de consolidação democrática”, reagiu o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), que acha normal o ritmo de trabalho do Legislativo. O vice-líder do PMDB na Câmara, Zaire Resende (MG), disse que seria “uma injustiça” a edição de medidas provisórias, porque o Legislativo está empenhado em votar os projetos considerados prioritários pelo Planalto. Ele citou o trabalho das comissões e o empenho de seu partido na discussão do Código de Patentes como exemplo.

“Isso só vai criar dificuldades para o governo”, disse o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), presidente da comissão especial que discute a nova lei de patentes. Ele ficou surpreso em saber que Bornhausen considera o projeto prioritário, porque a base governista do Congresso está omissa na discussão. Tanto que Goldman recebeu somente na quinta-feira um convite para encontrar-se com o ministro

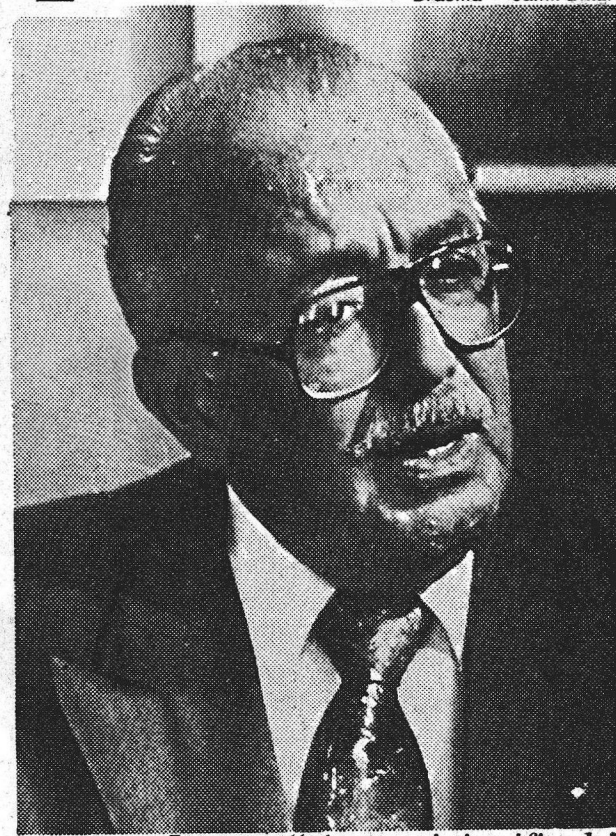
na próxima semana. E a reunião ainda não foi confirmada.

Com a experiência de quem já exerceu o cargo hoje ocupado por Jorge Bornhausen, o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) comentou: “Isso pode atrapalhar as negociações.” O primeiro sinal de que esse raciocínio é de quem conhece o Congresso veio algumas horas depois. Ao comentar a ameaça do Planalto, Humberto Lucena disse que, se o governo insistir na ideia, o Senado pode desengavetar um projeto de lei do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que regulamenta e restringe a edição de MPs: “Não é uma ameaça, mas uma advertência incontestável, já que o governo não aceita o projeto.”

“A chantagem das MPs não resolve. Se o governo tentar impor medidas polêmicas, só vai acirrar as divergências, prejudicando uma solução para esses projetos”, ponderou o líder do PT, deputado Eduardo Jorge (SP), atribuindo a mudança de orientação do governo à falta de disposição para o diálogo e à fragilidade de sua base.



Mauro Benevides: “Crítica descabida”



Humberto Lucena: “Ameaça injustificada”